

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.084 - PE (2018/0288405-6)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : **UNIÃO**
RECORRIDO : **SETTA COMBUSTÍVEIS S/A**
ADVOGADOS : **BRAZ FLORENTINO PAES DE ANDRADE FILHO - PE032255**
EDINALDO PAULO TENORIO VERISSIMO DO AMARAL -
PE030642
LUÍSA ALMEIDA DUBOURCQ SANTANA - PE035162

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO AO ART. 1.022 DO CPC/2015. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS TIDOS POR VIOLADOS. SÚMULA 211/STJ. ACÓRDÃO COM FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. VIOLAÇÃO A PORTARIA E DECRETO. CONCEITO DE LEI FEDERAL. NÃO ENQUADRAMENTO. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE CONHECIDO, E NESSA EXTENSÃO, NÃO PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão, assim ementado (e-STJ fl. 346):

ADMINISTRATIVO. RECURSO DE APELAÇÃO. BLINDAGEM DE VEÍCULO AUTOMOTOR. REQUISITOS LEGAIS. PORTARIA Nº 13 - DLOG/2002. INTERPRETAÇÃO. RAZOABILIDADE. SOCIEDADE EMPRESÁRIA. ANTECEDENTES CRIMINAIS. SÓCIOS QUE FIGURAM COMO RÉUS EM PROCESSOS CRIMINAIS NÃO TRANSITADOS EM JULGADO. IMPUTAÇÃO DE TIPOS PENAIIS SEM VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA.

IDONEIDADE. FINALIDADE ESPECÍFICA. RECONHECIMENTO.

Recurso de apelação de sentença de improcedência da pretensão autoral, com condenação do vencido em verba honorária no valor de R\$1.000,00 (mil reais).

Hipótese em que a parte autora, sociedade empresária do ramo de revenda de combustíveis, objetiva o reconhecimento da ilegalidade da negativa de autorização de blindagem de veículo, fundamentada no descumprimento dos requisitos previstos no art. 3º da Portaria nº 013 - DLOG, de 19 de agosto de 2002, em virtude da existência de processos criminais instaurados em desfavor dos seus sócios.

Viola o primado da presunção da inocência o reconhecimento da inidoneidade do administrado, em virtude da existência de ações penais, não transitadas em julgado.

"Por restringir os direitos individuais à segurança (autodefesa) e à presunção de inocência, a legislação de regência deve ser interpretada de maneira a conferir aos seus dispositivos sentido e alcance compatíveis com a Constituição, também sob o prisma da razoabilidade, nos limites de sua adequação, necessidade e proporcionalidade." (TRF5, Terceira Turma,

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSO:

08072244720164058300, Desembargador Federal Cid Marconi, Julgamento: 17/02/2017) Ademais, considerando que os fatos imputados aos sócios da pessoa jurídica consubstanciam crimes contra a ordem econômica (adulteração de combustíveis), cuja prática não revela grave ameaça ou violência contra a pessoa, desarrazoada a tese de que a blindagem do automóvel objetive a prática de ilícitos penais ou ofereça riscos adicionais à segurança pública.

Recurso de apelação provido, com inversão dos ônus de sucumbência.

Os aclaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 385-388).

Nas razões do recurso especial, o recorrente aponta violação do art. 1.022 do CPC/2015, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes para o deslinde da controvérsia.

No mérito, aponta violação da Lei n. 10.826/2003 (art. 24); Decreto n. 3365/2000 (arts. 1º, 4º, 7º, 15, XXI, 17, XI, 27, IV e XVII, e 84, II); c/c os arts. 3º e 10, §2º, da Portaria n. 013 - DLOG, de 19.08.2002.

Por fim, argumenta que *"a Administração Pública não incorreu em ilegalidade" indeferir o , com base na falta de preenchimento do requerimento de "autorização de blindagem de veículo", uma vez que tramitam ações criminais requisito da idoneidade moral bons antecedentes criminais contra os diretores/representantes da empresa ora requerente"*.

Contrarrazões às e-STJ fls. 453-461.

Juízo positivo de admissibilidade à e-STJ fl. 500.

É o relatório. Passo a decidir.

De início, afasta-se a alegada violação do art. 1.022 do CPC/2015, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No que diz respeito ao artigo 24 da Lei n. 10.826/2003 (e a tese a eles vinculada), verifica-se que, a despeito da oposição dos embargos de declaração, não houve juízo de valor por parte da Corte de origem, o que acarreta o não conhecimento do recurso especial pela falta de cumprimento ao requisito do prequestionamento. Incide ao caso a Súmula 211/STJ.

Em relação ao Decreto n. 3365/2000 (arts. 1º, 4º, 7º, 15, XXI, 17, XI, 27, IV e XVII, e 84, II); c/c os arts. 3º e 10, §2º, da Portaria n. 013 - DLOG, de 19.08.2002, verifica-se que as referidas normas (Portaria e Decreto), não se enquadram no conceito de lei federal, nos termos do art. 105, III, da Constituição Federal, de modo que não podem ser objeto do recurso autorizado por esse permissivo constitucional.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. ATIVIDADES DE ENFERMAGEM. SAMU. SERVIÇOS MÉDICOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA. AMBULÂNCIAS. RESOLUÇÃO 375/2011 DO COFEN. PORTARIAS 2048/2002 E 1010/2012 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATOS NORMATIVOS QUE NÃO SE INSEREM NO CONCEITO DE LEI FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE EM RECURSO ESPECIAL.

Superior Tribunal de Justiça

1. Nos termos da jurisprudência pacífica do STJ, é inviável, em Recurso Especial, a revisão de acórdão fundamentado em resolução, portaria ou instrução normativa. Isso porque, nos termos do art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, essas normas não se enquadram no conceito de lei federal, não podendo, portanto, ser objeto do recurso autorizado por esse permissivo constitucional.

2. A alegação de ofensa ao art. 11 da Lei 7.498/1986 é meramente reflexa, sendo imprescindível a análise da Resolução 375/2011 do Conselho Federal de Enfermagem e das Portarias 2048/2002 e 1010/2012 do Ministério da Saúde.

3. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1616010/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, julgado em 21/2/2017).

Por fim, tem-se que o acórdão *a quo* contém fundamentado constitucional (afronta ao princípio constitucional da presunção da inocência, bem ainda, dos princípios administrativos da razoabilidade e da proporcionalidade).

Dessa feita, dada a natureza estritamente constitucional do decidido pelo Tribunal de origem, refoge à competência desta Corte Superior de Justiça a análise da questão, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

A propósito:

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXCLUSÃO DO ICMS DA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS. ACÓRDÃO RECORRIDO COM FUNDAMENTO EMINENTEMENTE CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA DO STF. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. Segundo se observa dos fundamentos que serviram para a Corte de origem deslindar a controvérsia, o tema referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, foi dirimido no âmbito eminentemente constitucional, o que afasta a competência desta Corte para a análise do desiderato contido no Recurso Especial. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 706.163/RS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/08/2015; AgRg no AREsp 657.266/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, DJe de 05/06/2015; AgRg no REsp 1.487.527/MG, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 26/11/2014.

II. Agravo Regimental improvido (AgRg no REsp 1496817/MG, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe 23/10/2015).

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. DEVIDO ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES RECURSAIS. CONTRIBUIÇÃO PARA O SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO (SAT). ALTERAÇÃO DE ALÍQUOTA EM FUNÇÃO DO FATOR ACIDENTÁRIO DE PREVENÇÃO (FAP), POR NORMA CONSTANTE DE ATO INFRALEGAL. DISCUSSÃO DE CONTORNO CONSTITUCIONAL. REPERCUSSÃO GERAL. RE 684.261/RS.

1. Inexiste violação dos arts. 458 e 535 do CPC quando a prestação jurisdicional é dada na medida da pretensão deduzida, com enfrentamento e resolução das questões abordadas no recurso.

Superior Tribunal de Justiça

2. As Turmas que integram a Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça firmaram o entendimento de que a discussão sobre a alteração de alíquota da contribuição ao SAT, em função do Fator Acidentário de Prevenção (FAP), por norma constante de ato infralegal, é estritamente de natureza constitucional, entendimento esse reforçado pela circunstância de o Plenário do Supremo Tribunal Federal ter reconhecido a repercussão geral do tema, nos autos do Recurso Extraordinário 684.261/RS.

Agravo regimental improvido (AgRg no REsp 1458980/CE, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 23/09/2015).

Ante o exposto, **conheço parcialmente** do recurso especial e, nessa extensão, **nego-lhe provimento**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator

